

# Efeitos do CPC 47 (IFRS 15) sob a ótica da persistência dos lucros no mercado acionário brasileiro<sup>1</sup>

DOI: 10.4025/enfoque.v44i3.69590

André Lamblet Dias 

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

E-mail: andrelamblet@ufrj.br

Thiago de Abreu Costa 

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

E-mail: thiago@facc.ufrj.br

Recebido em: 12.09.2023

Aceito em: 04.12.2023

2ª versão aceita em: 28.12.2023

## RESUMO

**Objetivo:** Analisar o efeito da adoção do CPC47 (IFRS15), padrão contábil de reconhecimento de receitas, na qualidade da informação contábil sob a ótica da persistência dos lucros no mercado acionário brasileiro.

**Método:** A amostra da pesquisa possui um total de 546 observações correspondentes a 91 empresas no período de 2016 a 2021. Para análise da persistência dos lucros, considerou-se o modelo proposto por Dechow, Ge e Schrand (2010). Como método de análise, utilizou-se os modelos de regressão com dados em painel totalmente balanceado com testes estatísticos a um nível de significância de 5%.

**Originalidade/Relevância:** A pesquisa é relevante porque evidencia os efeitos da adoção de um novo normativo de receitas após adoção pelas empresas brasileiras. Além disso, no Brasil ainda há poucos estudos que avaliam os impactos na aplicação das normas contábeis após período de adoção obrigatória e, por isso, essa pesquisa esclarece os possíveis efeitos teóricos e práticos conforme discussão da literatura.

**Resultados:** Os testes não evidenciaram efeitos significativos após adoção do padrão de reconhecimento de receitas na persistência dos lucros. Evidenciou-se também que, o período da pandemia do coronavírus apresentou uma relação positiva e significativa com a persistência dos lucros.

**Contribuições teóricas/metodológicas/práticas:** Essa pesquisa contribui analisando os efeitos do CPC 47 no Brasil a partir de discussões sobre os impactos dos normativos na qualidade da informação contábil por meio da métrica de persistência dos lucros. Além disso, pode esclarecer aos usuários da informação contábil, como os órgãos reguladores, preparadores e auditores, os efeitos práticos deste padrão no lucro, ou seja, que os requisitos do normativo não refletiram impactos negativos no desempenho das empresas. Diante disso, entende-se que este estudo pode ser uma análise importante para o órgão normatizador IASB, principalmente no processo de *Post-Implementation Review* (PIR) da IFRS15.

**Palavras-chave:** CPC 47; IFRS 15; Reconhecimento de Receitas; Persistência dos Lucros.

## *Effects of CPC 47 (IFRS 15) from the perspective of earnings persistence in the brazilian stock market*

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze the effect of adopting CPC47 (IFRS15), the accounting standard for revenue recognition, on the quality of accounting information from the perspective of earnings persistence in the Brazilian stock market.

**Method:** The research sample has a total of 546 observations corresponding to 91 companies from 2016 to 2021. The model proposed by Dechow, Ge and Schrand (2010) was used to analyze earnings persistence. The analysis method used regression models with fully balanced panel data with statistical tests at a 5% significance level.

**Originality/Relevance:** The research is relevant because it shows the effects of adopting a new revenue standard after adoption by Brazilian companies. In addition, in Brazil there are still few studies evaluating the impacts of applying accounting standards after the mandatory adoption period and, therefore, this research clarifies the possible theoretical and practical effects as discussed in the literature.

<sup>1</sup> Artigo aprovado e apresentado no AdCont - Congresso Nacional de Administração e Contabilidade 2023.

**Results:** The tests showed no significant effects after adopting the revenue recognition standard on earnings persistence. There was also evidence that the period of the coronavirus pandemic showed a positive and significant relationship with the persistence of earnings.

**Theoretical/methodological/practical contributions:** This research contributes by analyzing the effects of CPC 47 in Brazil based on discussions about the impacts of regulations on the quality of accounting information through the earnings persistence metric. In addition, it can clarify for users of accounting information, such as regulators, preparers and auditors, the practical effects of this standard on profits, i.e. that the requirements of the standard have not had a negative impact on company performance. It is therefore understood that this study could be an important analysis for the IASB, especially in the IFRS15 Post-Implementation Review (PIR) process.

**Keywords:** CPC 47; IFRS 15; Revenue Recognition; Earnings Persistence.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2014 o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu, em conjunto com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), uma nova norma contábil de receita de contrato com clientes, a IFRS 15. A nova norma substituiu as anteriores, a IAS 18 – Receitas, que é a norma contábil de receitas aplicada para todos os setores, exceto construção civil e IAS 17 – Contratos de Construção, específica para aplicação em empresas pertencentes ao setor de construção civil.

No Brasil, a aprovação do CPC 47, correlacionado ao IFRS 15, se deu em 22 de dezembro de 2016, sendo obrigatória a sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018 de acordo com a determinação do IASB. O objetivo deste pronunciamento contábil é a harmonização de procedimentos para registrar os compromissos das empresas em transferir bens ou serviços a clientes por um valor que reflita o que as entidades esperam ter direito em contrapartida desses bens e serviços (IASB, 2014).

Deve-se destacar a importância do CPC 47 no tratamento contábil nas operações haja vista que a receita é uma das medidas mais relevantes para mensurar o desempenho financeiro das empresas e, a partir dela, é possível obter informação do lucro como resultado das atividades do negócio num determinado período (Wagenhofer, 2014). Nesse sentido, entende-se que, a aplicação do CPC 47 pode gerar efeitos nos lucros, pois o padrão contábil é mais flexível e determina que a receita deve ser reconhecida ao longo do tempo ou em data específica de forma segregada a partir da entrega das obrigações de performance definidas em contrato.

De acordo com Rutledge, Karin e Kim (2016), os possíveis impactos provocados pelas alterações trazidas pela implementação do novo normativo estão relacionados ao momento de reconhecer a receita, já que podem afetar diretamente o valor preditivo da receita e dos lucros. Os autores ainda afirmam que o novo padrão pode afetar a qualidade dos lucros, pois os gestores podem gerenciar mais os lucros justamente em função dessa maior flexibilização e julgamento nas escolhas contábeis. Souza, Gonçalves e Tibúrcio (2022) evidenciaram aumento dos níveis de gerenciamento de resultados e diminuição da qualidade dos lucros após adoção da IFRS 15 em empresas no mercado brasileiro de capital.

Há também estudos já realizados sobre os efeitos do novo normativo de reconhecimento de receitas na qualidade da informação contábil sob a ótica de abordagens quantitativas como de *value relevance* (Trabelsi, 2018; Braga; Nascimento & Santos, 2022); gerenciamento de resultados (Tutino; Regoliosi; Mattei; Paoloni & Pompili, 2019; Dias; Anjos; Costa & Marques, 2023); gerenciamento de receitas (Braga, 2020; Morawska, 2021) e qualidade dos lucros (Souza; Gonçalves & Tibúrcio, 2022). Em síntese, as pesquisas destacam aumento da relevância informacional, mas redução da qualidade dos lucros e, ainda, uma falta de consenso sobre a prática de gerenciamento de resultados após adoção do novo normativo.

Em geral, os estudos contribuem constatando a existência de complexidades e novos julgamentos na aplicação no novo modelo de reconhecimento da receita, mas algumas empresas não tiveram impactos significativos, exceto alguns setores devido as particularidades da operação, relações contratuais e do

aumento da divulgação em notas explicativas. Dalkilic (2014) reforça esse entendimento ao argumentar que o normativo trata-se de uma mudança de mentalidade em vez de apenas uma alteração contábil.

Sabe-se que o lucro e sua persistência são maneiras de se verificar a qualidade das informações contábeis (Kajimoto & Nakao, 2018). Dichev, Graham, Harvey e Rajpal (2013) definem, por exemplo, que os lucros são as informações contábeis mais importantes para os usuários, sendo o conceito de qualidade dos lucros fundamental para os campos da contabilidade e finanças.

Estudos já realizados sobre persistência dos lucros e normas contábeis apontam aumento da qualidade do lucro com adoção de um novo padrão contábil (Silva; Bonfim; Niyama & Silva, 2017), porém outros trabalhos evidenciaram que as normas IFRS não trazem efeitos significativos na persistência dos lucros (Dokakis, 2010; Marçal & Macedo, 2019).

Destaca-se que novo padrão pode mudar o tempo de rotação de reconhecimento de receitas e, assim, provocar efeitos diretos na persistência dos lucros (Rutledge; Karin & Kim, 2016). A alteração do reconhecimento da receita a partir da vigência da IFRS 15, suscita debates, principalmente, sobre os seus efeitos nas demonstrações contábeis após implementação. Entretanto, ainda persistem controvérsias sobre os reais efeitos de sua adoção pelas empresas, pois de acordo com Veysey (2020), o IFRS 15 é complexo, mas parece não ter causado grandes efeitos práticos nos números quanto se esperava.

Diante das novo tratamento contábil sobre o reconhecimento das receitas estabelecido pela norma internacional IFRS 15 e pelo padrão contábil CPC 47, a problematização da presente pesquisa está baseada que a alteração do momento de reconhecimento da receita poderá afetar o lucro e, portanto, se norteará com base no seguinte objetivo geral: analisar o efeito da adoção do CPC 47 (IFRS 15) na persistência dos lucros nas empresas do mercado acionário brasileiro.

A justificativa e importância deste estudo é baseada, principalmente, por ser um normativo recente e, por isso, os seus efeitos devem ser avaliados haja vista que a possível alteração no reconhecimento da receita proposta pelo novo normativo pode afetar o lucro. Sendo assim, os resultados deste estudo podem contribuir indo além das discussões na academia, pois fornecem aos órgãos reguladores, preparadores, auditores, usuários da informação contábil em geral dados importantes sobre a relação dos efeitos do novo padrão e a qualidade dos lucros após adoção do normativo. Além disso, a pesquisa pode auxiliar disponibilizando informações sobre os efeitos da aplicação deste normativo no processo do *Post-Implementation Review* (PIR) da IFRS 15 solicitado pelo IASB por cartas comentários a partir de junho de 2023.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Receita de Contratos com Clientes

A partir de maio de 2014, foi publicada pelo IASB, a norma IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes em conjunto com o *Topic* 606 do FASB com adoção a partir de 1º de janeiro de 2018. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 47 – Receita de contrato de clientes correlacionada à IFRS 15 em 2016, e ele substituiu as normas até então vigentes: CPC 30 - Receita, CPC 17 - Contratos de Construção, ICPC 02 – Contratos de Construção do Setor Imobiliário e ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes.

A receita é um dos principais indicadores para determinar políticas, estratégias e por ter ligação direta com a formação do lucro, além de ser um importante indicador para análises financeiras realizadas pelas empresas. No mesmo sentido, Dalkilic (2014) ratifica esse entendimento ao esclarecer que a receita é crucial para os usuários das demonstrações financeiras, pois permite avaliar o desempenho. Portanto, a receita é uma métrica de grande importância para os usuários e analistas já que auxilia na avaliação de perspectivas futuras das empresas (Cova, 2015).

Conforme evidenciado na tabela 1, a KPMG (2014), aponta possíveis impactos no desempenho econômico das empresas, no seu valor de mercado e no custo de capital próprio e/ou de terceiros decorrentes da adoção do IFRS 15.

### Quadro 1

Principais impactos do novo padrão de reconhecimento de receitas.

- 1 - A receita pode ser reconhecida em um determinado momento ou ao longo do tempo.
- 2 - Possível aceleração ou diferimento do reconhecimento da receita.
- 3 - Revisões para o planejamento tributário, cumprimento de cláusulas de “*covenants*” e incentivos de vendas.
- 4 - Sistemas de TI podem precisar ser atualizados.
- 5 - Novas estimativas e julgamentos serão exigidos.
- 6 - Os processos contábeis e controles internos precisarão ser revisados.
- 7 - Novas divulgações extensivas serão exigidas

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de KPMG (2014).

Cova (2015) esclarece que o novo padrão está estruturado em uma única fonte de princípios para todas as entidades em todos os setores da economia e, dessa forma, constitui-se uma mudança significativa em relação às normas contábeis em vigor até 2017. Seguindo o mesmo direcionamento, Aquino et al. (2019), reforçam que as discussões e orientações sobre o registro contábil de receita de clientes apresentam muitos desafios para os reguladores, pois as empresas são diferentes e estão alocadas em diversos segmentos, o que dificulta a estruturação e aplicação de regra única para o tratamento de todas as especificidades dos negócios.

Apesar dos grandes desafios na implementação deste padrão contábil, ele traz muitos efeitos qualitativos como melhor padronização, transparência e comparabilidade das práticas entre entidades (Aquino et al., 2019). Sendo assim, espera-se que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15), aprimore a comparabilidade de receitas de contratos com clientes além de gerar informações mais úteis a partir dos novos critérios de divulgação (Iasb, 2014).

A KPMG (2016) destaca que o padrão contábil fornece orientação relacionada ao novo tratamento e alterações nos diversos tópicos, incluindo garantias e licenças. Adicionalmente, traz orientação sobre quando capitalizar custos de obtenção e cumprimento de um contrato, a menos que tais custos já estejam no alcance de outra norma contábil (KPMG, 2016). Nesse sentido, a partir da tabela 2, pode-se verificar as principais alterações em relação ao padrão contábil anterior, substituído pelo atual CPC 47.

### Tabela 2

Principais diferenças em relação ao padrão contábil anterior.

- 1 - Todas as orientações contidas em uma única norma ou padrão contábil.
- 2 - Modelo com base no controle (o conceito de “riscos” e “benefícios” para transferência foi mantido).
- 3 - Contraprestação medida como o valor que a empresa espera ter o direito de receber, em vez do valor justo.
- 4 - Novas orientações para separação de bens e serviços em contrato.
- 5 - Novas orientações para o reconhecimento de receita com o passar do tempo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de KPMG (2014).

O padrão contábil de reconhecimento de receitas determina o modelo em etapas para identificar, mensurar e reconhecer as receitas de contrato com cliente. Esse modelo determina que a receita só deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que ela espera ter direito a receber após todas as etapas forem cumpridas.

O IFRS 15 (2014) determina que o tratamento contábil de identificação, reconhecimento, mensuração de receitas de contrato com cliente é estruturado em cinco etapas conforme descrito na tabela 3.

**Tabela 3**

Modelo de cinco passos para reconhecimento da receita.

Etapas		Descrição
1º ETAPA	Identificação do contrato	Um contrato é um acordo entre partes que cria direitos e obrigações exigíveis. Tal acordo pode ser escrito, oral ou implícito. Uma empresa deve aplicar o novo padrão contábil a cada contrato com um cliente que tenha substância comercial e atenda a outros critérios especificados na norma.
2º ETAPA	Identificação de obrigações de performance	No início do contrato, a entidade deve avaliar os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e deve identificar como obrigação de performance cada promessa de transferir ao cliente: (a) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou (b) série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.
3º ETAPA	Determinação Preço da transação	O preço de transação é o valor que uma entidade aloca às obrigações de performance identificadas no contrato e, portanto, representa o montante de receita reconhecido quando satisfeita a obrigação de performance.
4º ETAPA	Alocação do preço da transação a obrigação de performance	Quando um contrato tiver mais de uma obrigação de performance, a empresa deve alocar o preço de transação para cada obrigação de acordo com o valor que a entidade espera receber pela satisfação de cada obrigação em específico.
5º ETAPA	Reconhecimento da receita	Uma empresa deve reconhecer a receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de performance transferindo o bem ou prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que), o cliente tiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho pode ser satisfeita em um momento específico ou ao longo do tempo, sendo que, quando satisfeita ao longo do tempo, a empresa deve medir o progresso em direção à sua satisfação.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do CPC 47 (2023).

## 2.2 Persistência dos Lucros

A persistência dos lucros é considerada uma métrica de qualidade dos lucros (Dechow; Ge & Schrand, 2010; Dichev et al., 2013). O conceito de persistência está associado a capacidade preditiva das variáveis lucro e fluxo de caixa. O lucro pode ser considerado persistente quando é constante no decorrer do tempo, ou seja, não aleatório e, por isso, visto como positivo na qualidade do lucro, pois é mais útil na avaliação das empresas (Kolozsvari & Macedo, 2016).

É importante destacar que, quando o lucro é capaz de refletir com precisão o desempenho atual e futuro da empresa, ele representa uma medida de valor de alta qualidade (Dechow & Schrand, 2004). Segundo Dechow, Ge e Schrand (2010), o lucro fornece informações importantes para auxiliar no processo de tomada de decisões dos usuários, sendo um indicador relevante para os investidores.

Observa-se, portanto, que o conceito de qualidade dos lucros é relevante para as análises da contabilidade e das finanças (Dichev et al., 2013; Kolozsvari & Macedo, 2016). Quanto maior a persistência dos lucros contábeis melhores serão os resultados e, por isso, quanto maior a persistência, maior a qualidade da informação contábil (Dechow; Ge & Schrand, 2010).

Rutledge; Karin; Kim, (2016) esclarecem que os analistas financeiros também consideram o grau de lucros futuros previstos por lucro corrente em suas avaliações sobre o patrimônio porque a persistência dos lucros é uma das medidas mais importantes da qualidade dos lucros. A análise da informação contábil pela ótica da persistência dos lucros pode suportar melhores as avaliações sobre a qualidade do lucro.

Assim, trata-se de uma característica qualitativa que faz diferença para as decisões de gestores ou investidores em relação às empresas.

Silva, Bonfim, Niyama e Silva (2017) analisaram a relação entre a persistência dos lucros e o padrão IFRS com 235 empresas brasileiras listadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3) nos períodos pré convergência (2003 a 2007) e pós convergência (2010 a 2014) e constataram que houve aumento na qualidade do lucro após adoção das normas contábeis. Por outro lado, Marçal e Macedo (2019) analisaram o impacto dos *accruals* discricionários na persistência dos lucros considerando os efeitos do padrão IFRS e confirmaram que os *accruals* discricionários defasados explicam parte dos lucros correntes gerando controvérsias sobre a lógica de prejudicar a persistência dos lucros concluindo que a adoção dos padrões contábeis não tem reflexos significativos na persistência dos lucros em empresas listadas na B3.

## 2.3 Estudos Anteriores

Nesta seção, pode-se verificar a relação de estudos associados ao tema sobre os efeitos do normativo contábil de receita de contrato com clientes e métricas da qualidade da informação contábil, como *value relevance* e gerenciamento de resultados. Nota-se que os trabalhos quantitativos buscam investigar a existência das práticas oportunistas pelos gestores justamente pela flexibilidade deste novo padrão contábil. Por outro lado, há trabalhos que verificam aspectos qualitativos por meio de análise de conteúdo das notas explicativas.

Trabelsi (2018) analisou o efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na qualidade da informação contábil a partir da análise do lucro e do patrimônio líquido por meio de indicadores econômicos, técnicas estatísticas e informações das demonstrações contábeis. A amostra é composta por empresas do setor imobiliário listadas na bolsa em Dubai no ano de 2015. Os resultados evidenciaram que a adoção antecipada da norma afetou significativamente de forma positiva o lucro líquido das empresas.

Tutino et al. (2019) analisaram o efeito do gerenciamento de resultados com adoção da IFRS 15 utilizando regressão com dados em painel e o modelo proposto por Jones (1991). A amostra é composta por 23 empresas de telecomunicações e utilidade pública listadas na bolsa da Itália entre 2001 e 2017. A conclusão do estudo revelou aumento da prática de gerenciamento de resultados no setor de telecomunicações após adoção da IFRS 15.

Napier e Sandler (2020) verificaram os diversos efeitos refletidos após adoção da IFRS 15 a partir de uma estrutura com métricas que avaliam os efeitos contábeis, informacional, mercado de capitais e efeitos reais. A amostra é composta por 48 empresas cotadas na bolsa da Europa Ocidental no índice *Stoxx Europe 50* de 14 setores diferentes. Os resultados revelaram baixo impacto do novo normativo nos setores, exceto no setor de telecomunicações.

Souza, Gonçalves e Tibúrcio (2022) verificaram os efeitos do novo padrão contábil de receitas na qualidade dos *accruals* e no nível de gerenciamento de resultados por meio de regressão quantílica e os modelos propostos por Dechow e Dichev (2002) para qualidade dos *accruals* e Pae (2005) para gerenciamento de resultados. A amostra é composta por 305 empresas brasileiras listadas na bolsa entre 2011 e 2021. Os resultados evidenciaram redução da qualidade dos *accruals*, de empresas de tecnologia, e aumento nos níveis de gerenciamento.

Dias et al. (2023) analisaram os efeitos da adoção do CPC 47 no nível de gerenciamento de resultados a partir de regressão com dados em painel e modelos econométricos propostos por Dechow et al. (2012) e Kothari, Leone e Wasley (2005). A amostra é composta por 207 empresas brasileiras listadas no mercado acionário entre 2012 e 2021. Não houve confirmação de efeitos nos níveis de gerenciamento de resultados.

Vieira, Salotti e Sarquis (2023) analisaram a qualidade das notas explicativas de transição para IFRS 15 no Brasil comparando com os efeitos estimados em 2017 com os efetivamente divulgados em

2018. Os autores criaram um índice de qualidade das notas explicativas (IQNE) e, partir disso, descreveram os principais impactos observados em 429 empresas brasileiras listadas na bolsa. Os resultados indicaram que Mais da metade das empresas apenas reclassificaram contas contábeis. Houve aumento de divulgação em notas explicativas (melhorias qualitativas).

Os estudos revelaram um consenso no sentido de que o novo padrão pode melhorar a comparabilidade e aumentar a relevância na informação contábil. Entretanto, pode haver julgamentos, e, conseqüentemente, decisões com objetivo de alterar o resultado das empresas, dado que depende da interpretação do profissional em relação ao momento de reconhecer a receita ou até mesmo, por outras motivações como melhor desempenho.

Huefner (2016) esclarece que há diversos casos de fraude com o reconhecimento de receitas, em que as companhias registram as receitas antecipadamente com objetivo de elevar os seus lucros. Sendo assim, partindo da premissa que a adoção do padrão CPC 47 (IFRS 15), por ser mais subjetivo, pode gerar ações oportunistas, e que tal condição, pode provocar efeitos negativos na qualidade dos lucros (Rutledge; Karen & Kim, 2016). Diante disso, surge o interesse de investigar a hipótese desta pesquisa: **a adoção do CPC 47 (IFRS 15) afetou negativamente persistência dos lucros no mercado acionário brasileiro.**

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 População, Amostra e Tratamento dos Dados

A população da pesquisa é composta por todas as empresas não-financeiras de capital aberto listadas na B3 no lapso temporal de 2016 a 2021. Os dados foram coletados a partir da base do Economática®, em períodos anuais de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Durante a coleta e análise dos dados, levou-se em consideração que o padrão contábil de reconhecimento de receitas foi emitido pelo IASB em 2014, porém a sua adoção obrigatória passou a vigorar só a partir de janeiro de 2018. Sendo assim, nessa etapa do processo, foram considerados os dois anos anteriores 2016 e 2017, o ano de adoção obrigatória a partir de 2018 e três anos posteriores 2019, 2020 e 2021.

O modelo econométrico utilizado possui variável futura (períodos posteriores) do lapso temporal, de forma que, foram utilizadas informações dos anos de 2022, com objetivo de realizar o estudo nos anos de 2016 a 2021. A população é representada por 396 empresas, ou seja, todas as companhias listadas na B3 com data base de julho de 2023. Foram excluídas 59 empresas não financeiras e 246 com dados inexistentes ou não observáveis no período, totalizando uma amostra final de 91 empresas e, portanto, 546 observações. Na tabela 4, apresenta-se a amostra distribuída por setor, número de empresas e número de observações.

**Tabela 4**

Amostra por Setor.

Setor	Nº de Empresas	Observações
Bens industriais	15	90
Comunicações	2	12
Consumo cíclico	15	90
Consumo não cíclico	8	48
Materiais básicos	7	42
Petróleo Gás e biocombustíveis	4	24
Saúde	8	48
Tecnologia da informação	2	12
Utilidade pública	30	180
Total	91	546

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2023).

A análise dos dados foi realizada por métodos estatísticos multivariados a partir de regressão com dados em painel a um nível de confiança de 95% e significância de 5%. Além disso, foi aplicado painel curto (número de indivíduos maior do que o de períodos analisados) e balanceado (o mesmo número de observações ao longo do período) com objetivo de analisar o acompanhamento cronológico do efeito do novo padrão contábil com todos os dados das empresas presentes na amostra.

Segundo Gujarati e Porter (2011), com dados em painel é possível examinar o comportamento de cada empresa ao longo do tempo, ou seja, uma dimensão de espaço e tempo, além de garantir uma maior quantidade de dados informativos, maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, maior eficiência nas estimações e um controle mais amplo sobre a heterogeneidade.

Quanto ao tratamento dos dados, as informações foram calculadas por meio de planilhas eletrônicas do Microsoft Excel e pelos testes estatísticos com o apoio do *software Time-series Library - GRETL*®. Após execução das regressões dos modelos, foi verificado se todos os pressupostos de normalidade e as condições de homocedasticidade foram atendidos por meio dos testes Jarque-Bera e Bresuch-Pagan, respectivamente, seguindo os ensinamentos de Corrar, Paulo e Dias Filho (2007).

Contudo, vale ressaltar que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), a não normalidade dos resíduos não é considerada um problema, tendo em vista o tamanho da amostra e o relaxamento desse pressuposto com base no Teorema do Limite Central. Ademais, Gujarati e Porter (2011) também esclarecem que se ocorrer heterocedasticidade, há o tratamento com correção robusta de White.

Adicionalmente, foi avaliado o grau de colinearidade, ou seja, a multicolinearidade das variáveis pelo teste de Fator de Inflação da Variância (VIF). Todas as variáveis independentes devem apresentar valores inferiores a 10, parâmetro utilizado por Gujarati e Porter (2011), o que significa que elas possuem baixa correlação.

Na análise dos dados, foi verificada a possível existência de autocorrelação entre os resíduos da regressão. Conforme esclarecido por Gujarati e Porter (2011) esse pressuposto é de que o termo de erro de uma observação não sofra interferência pelo termo de erro de outra observação. Sendo assim, quando identificado problemas de autocorrelação nos resíduos, foi aplicada a correção robusta para resolver as inconsistências. O teste de Wooldridge é uma ferramenta adequada para a verificação da existência do problema de autocorrelação entre os resíduos, de acordo com Drukker (2003).

### 3.2 Modelo e Variável de Persistência de Lucros

A persistência dos lucros significa que os lucros atuais estão associados aos lucros futuros. Conforme apresentado por Dechow, Ge e Schrand (2010), o modelo definido nessa pesquisa para avaliar a persistência dos lucros foi disposto por Dechow, Ge e Schrand (2010) conforme descrito na equação (1).

$$L_{t+1} = \beta_0 + \beta_1 L_t + \varepsilon \quad (1)$$

Onde:

$L_{t+1}$ : é a medida de lucro adotada pela empresa no período  $t+1$ ;

$L_t$ : é a medida de lucro adotada pela empresa no período  $t$ ;

$\beta_0$ : é o termo constante;  $\beta_1$ : é o coeficiente angular; e

$\varepsilon$ : é o termo de erro.

De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010), qualquer medida de lucro pode ser utilizada na análise de persistência, como por exemplo: lucro líquido, lucro operacional, *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), porém a variável adotada para análise desta pesquisa foi o lucro líquido, seguindo a mesma escolha realizada por Dechow, Ge e Schrand (2010).

### 3.3 Modelo e Variável da Pesquisa

Na construção do modelo de pesquisa, definiu-se segregar o período antes e depois da adoção do padrão contábil de reconhecimento de receitas, utilizando uma variável *dummy* CPC 47 que assume valor 1 para períodos a partir da adoção obrigatória ao CPC47 e 0 para anteriores.

Sendo assim, no modelo (2), proposto para validar a hipótese desta pesquisa, definiu-se a variável de interesse representada pela interação entre as variáveis lucro líquido com a variável *dummy* CPC47. Portanto, a partir do que foi determinado na hipótese, espera-se que as interações entre as variáveis (CPC47 x LL) apresentem significância estatística e, portanto,  $\beta_2$  apresente sinal negativo e significativo.

Além disso, dado os impactos nos mercados com a queda da demanda, consequência das medidas restritivas e do isolamento social no Brasil, pretende-se utilizar nessa pesquisa uma variável *Corona Virus Disease 2019 (Covid-19)* para analisar o efeito na persistência dos lucros. Espera-se que o período da pandemia do coronavírus tenha relação negativa com os lucros futuros.

Estudos mais recentes evidenciaram que a Covid-19 impactou negativamente no valor de mercado das empresas e que no momento de incerteza econômica, a prática de suavização exerce influência positiva sobre o valor de mercado (Santos; Carmo; Rech, 2022). Logo, essa pesquisa complementa a análise do modelo de pesquisa incluindo a *dummy* Covid-19 interagindo com a variável lucro líquido (Covid-19 x LL) esperando que  $\beta_3$  apresente sinal negativo e significativo.

As variáveis utilizadas nos modelos de persistência foram ponderadas pelo ativo total do ano anterior de cada empresa, com a finalidade de controlar efeito do tamanho das companhias na análise. Esse procedimento de ponderação dos dados visa a diminuição de assimetria em função do tamanho das empresas conforme já havia sido sinalizado por Almeida, Lopes e Corrar (2011).

$$LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \beta_2 LL_{it} \times CPC47_{it} + \beta_3 LL_{it} \times Covid-19_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde:

$LL_{t+1}$ : é a medida de lucro adotada pela empresa i no período t+1;

$LL_{it}$ : é a medida de lucro líquido adotada pela empresa i no período t;

$CPC47_{it}$  = é a variável *dummy* 1 para períodos posteriores ao CPC 47 e 0 para anteriores;

$Covid-19_{it}$  é a variável *dummy* representando "1" para presença de Covid-19, e "0" caso contrário;

$\beta_0$  = é termo constante da regressão;

$\beta_{1,2,3, n}$  = são os coeficientes angulares da regressão;

$\varepsilon_{it}$  = são os resíduos da regressão.

## 4 RESULTADOS

Os modelos deste estudo não atenderam os pressupostos de normalidade e homocedasticidade dos resíduos, entretanto, atenderam a determinação de Gujarati e Porter (2011) sobre multicolinearidade e, além disso, apresentaram resíduos auto correlacionados. No entanto, o não atendimento destes pressupostos foram tratados conforme sinalizado na metodologia. Além disso, é importante destacar que nos modelos desta pesquisa foram realizados o diagnóstico de painel pelos testes de Chow, Hausman e Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan com objetivo de avaliar a melhor escolha de abordagem do painel *Pooled*, efeitos fixos ou aleatórios.

Na tabela 5 apresenta-se os resultados obtidos por meio do modelo básico de persistência dos lucros (1) desenvolvido por Dechow, Ge e Schrand (2010) e o modelo de pesquisa (2) proposto na metodologia com objetivo de validar a hipótese deste estudo.

Enf.: Ref. Cont.	UEM - Paraná	v. 44	n. 3	p. 101-115	setembro / dezembro 2025
------------------	--------------	-------	------	------------	--------------------------

**Tabela 5**

Resultados da regressão dos modelos com efeitos fixos e erro padrão robustos.

Variáveis	Modelo (1) Dechow et al. (2010)	Modelo (2) Pesquisa
Constante	(0,095) 0,000***	(0,084) 0,000***
LL <sub>it</sub>	(0,080) 0,004***	(0,059) 0,000***
CPC47 x LL <sub>it</sub>		(0,080) 0,2483
Covid-19 x LL <sub>it</sub>		(0,494) 0,000***
Análise de significância do modelo		
R <sup>2</sup>	0,463	0,543
F	10,591	4,174
P-valor (F)	0,000***	0,000***
Jarque-Bera	0,000	0,000
Breusch-Pagan	0,000	0,000
Wooldridge	0,186	0,000
Maior VIF	-	3,413
DurbinWatson	1,561	1,823
Diagnóstico de painel		
Chow	0,000***	0,000***
Breusch-Pagan	0,000***	0,000***
Hausman	0,000***	0,000***
Resultado	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos

**Fonte:** Elaborado com dados da pesquisa.

**Notas:** Os valores dentro dos parênteses representam os coeficientes a regressão, os valores fora dos parênteses representam o p-valor com nível de significância:\*\*\* 1%, \*\* 5%, \* 10%.

(1)  $LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \epsilon_{it}$ ; (2)  $LL_{it+1} = \beta_0 + \beta_1 LL_{it} + \beta_3 CPC47_{it} \times LL_{it} + \beta_4 Covid-19_{it} \times LL_{it} + \epsilon_{it}$

Os resultados do modelo básico de persistência dos lucros (1) e modelo da pesquisa (2) na tabela 5, indicam a significância do modelo como um todo a um nível de significância de 5% com poder explicativo de 46% e 54% respectivamente. Constatou-se no modelo proposto nesta pesquisa que a variável de interesse, a *dummy* (CPC 47) que interagiu com o lucro líquido (LL) no período corrente, não apresentou significância estatística ao nível de significância de 5%.

Logo, pode-se inferir que a persistência dos lucros não foi afetada pela convergência ao padrão CPC 47 (IFRS 15). Sendo assim, esta pesquisa evidencia por meio dos testes estatísticos que o novo padrão não afetou negativamente a persistência dos lucros e, portanto, a qualidade da informação contábil.

Entretanto, deve-se destacar que o resultado deste estudo confirmou que os efeitos das normas contábeis em relação à persistência dos lucros ainda é contraditório, haja vista que os resultados vão ao encontro dos achados de Doukakis (2010), Kajimoto e Nakao (2018) e Marçal e Macedo (2019), pois os autores concluíram que a adoção das IFRS não gerou efeitos significativos na persistência dos lucros, porém, em sentido contrário, aos resultados de Silva, Bonfim, Niyama e Silva (2017) e Kolozsvari e Macedo (2018) que demonstraram um aumento da persistência dos lucros com adoção das IFRS.

Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) evidenciaram, por meio de testes, que antes da implementação do CPC 17, ou seja, o padrão contábil de reconhecimento de receitas anterior ao CPC 47, havia persistência dos lucros, no entanto, após a vigência do CPC 17, não foi possível inferir existência de persistência dos lucros sugerindo que a adoção do IFRS alterou os efeitos na persistência dos lucros, fato não confirmado com adoção do CPC 47 (IFRS 15). Assim, conforme descrito na tabela 5, os resultados evidenciados são contrários aos apontamentos de Rutledge, Karin e Kim (2016) ao esclarecer que o novo padrão de reconhecimento de receitas poderia afetar a persistência dos lucros.

De forma geral, com base na análise por regressão com dados em painel, os resultados obtidos não estão de acordo com o que foi previsto na hipótese, ou seja, que a implementação do novo padrão

contábil de reconhecimento de receitas iria trazer efeitos para a persistência dos lucros e, portanto, a hipótese deste estudo foi rejeitada. Além disso, a partir de uma análise complementar, verificou-se também que a variável *dummy* Covid-19 interagindo com a variável lucro líquido (LL) no período corrente apresentou significância estatística e sinal positivo.

Logo, pode-se confirmar que o período da pandemia do coronavírus afetou positivamente a persistência dos lucros contrariando a argumentação deste estudo que esperava uma diminuição da persistência no período de crise gerado pela pandemia do coronavírus. Esse resultado está aderente a argumentação de Susak (2020) que evidenciou um possível crescimento das práticas de gerenciamento de resultados e atrasos na divulgação dos relatórios financeiros para mitigar provável quedas no desempenho e melhorar a lucratividade em períodos futuros.

No mesmo sentido, Jardim et al. (2022) identificaram aumento de gerenciamento de resultados a fim de melhorar os indicadores de desempenho financeiro e, portanto, evitar oscilações nos resultados trimestrais. Além disso, Oliveira e Modena (2022) constataram uma possível prática de gerenciamento durante o período de crise da pandemia do coronavírus em países da América Latina. Segundo os autores, essa prática não foi realizada de forma esporádica, mas sim de maneira oportunista para gerar resultados satisfatórios. Os resultados estão aderentes aos achados de Girão et al. (2020) que evidenciou aumento de prática de gerenciamento de resultados durante a pandemia para aumentar o lucro.

Por outro lado, Dias et al. (2023) evidenciaram que o período da pandemia do coronavírus não afetou significativamente os níveis de *earnings management*. Sendo assim, entende-se que os resultados dos estudos expostos sugerem aumento de gerenciamento, mas ainda não há um consenso sobre os reais efeitos da pandemia e as possíveis práticas oportunísticas realizadas pelos gestores no período de crise.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o efeito do CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Clientes sob a ótica da persistência dos lucros em companhias no mercado acionário brasileiro. Por meio de uma amostra de 91 empresas brasileiras não financeiras, abrangendo uma janela temporal de 2016 a 2021, constatou-se através da análise dos resultados que existe persistência dos lucros para a amostra selecionada e que o período após adoção do CPC 47 (IFRS 15) não refletiu efeitos negativos nessa relação.

Diante disso, as evidências revelaram uma relação não significativa entre o período de adoção obrigatória e os lucros correntes com os lucros futuros (persistência). Logo, a hipótese estabelecida neste trabalho, ou seja, que a adoção do CPC 47 (IFRS 15) afetou negativamente persistência dos lucros nas empresas brasileiras de capital aberto foi rejeitada. Além disso, deve-se destacar que o período da pandemia afetou positivamente a persistência dos lucros, sugerindo que, mesmo em momentos de crise, as empresas realizaram ações e decisões que, possivelmente, diminuiriam os impactos negativos na sustentabilidade do resultado.

Entende-se que esse trabalho foi importante no sentido de possibilitar uma nova discussão sobre os impactos do normativo de receitas após implementação pelas empresas brasileiras, principalmente analisando seus efeitos na qualidade da informação contábil por meio dos resultados num período adverso. O estudo é relevante porque pode auxiliar os usuários da informação contábil em análises sobre impactos pós implementação e mensurar os reais efeitos da aplicabilidade destes requisitos normativos aos órgãos reguladores, preparadores, auditores, investidores e, ainda, pode haver pontos importantes para o órgão normatizador IASB, principalmente no processo de *Post-Implementation Review* (PIR) da IFRS 15.

Durante a análise, verificou-se que o estudo apresenta limitações em relação aos dados, haja vista a escolha do painel totalmente balanceado, necessitando excluir observações, principalmente empresas com resultados negativos. Como sugestão de pesquisas futuras, propõe-se avaliar os efeitos deste normativo por meio de outros modelos empíricos, como gerenciamento por *accruals* específicos de receitas, conservadorismo, qualidade dos *accruals*, tempestividade, informatividade dos lucros e o impacto na persistência dos lucros após Covid-19 e implementação do CPC 47.

Obs.: Artigo aprovado e apresentado no AdCont - Congresso Nacional de Administração e Contabilidade 2023.

## REFERÊNCIAS:

- Almeida, J. E. F.; Lopes, A. B. L.; & Corrar, L. J. (2011). Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa dos mercados de capitais: Impactos no índice market-to-book. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 4, n. 1, p. 44-62. DOI: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/37>
- Aquino, C. E. M. D; Iudícibus, S. D; Santos, F. D. A., & Saporito, A. (2019). Receita de contrato com cliente (IFRS 15/CPC 47): aspectos contábeis do segmento de medicina diagnóstica no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. v. 16, n. 41, p. 137-161. DOI: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n41p137>
- Braga, P, G, S. (2020). *Efeitos da adoção da IFRS 15 no gerenciamento de receitas: uma análise dos países do BRICS*. 60f. Dissertação (Mestrado m Ciências Contábeis), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Goiás 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10755>
- Braga, E. C.; Do Nascimento, J. F.; & Da Costa Santos, M. I. (2022). Value Relevance: Análise dos efeitos da adoção da IFRS 15 - Receita de Contrato com clientes. *Revista Gestão e Conhecimento*, v. 16, n. 1, p. 90-114. DOI: <https://ojs.revistagc.com.br/ojs/index.php/rgc/article/view/168>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, de 22 de dezembro de 2016*. (2016). Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527\\_CPC\\_47.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf)
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, de 10 de dezembro de 2019*. (2019). Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>
- Corrar, L. J.; Paulo, E.; & Dias Filho, J. M. (2007). *Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Cova, C. J. G. (2015). Os Impactos da assimilação da norma internacional de relatório financeiro (IFRS 15) que trata de reconhecimento das receitas de contratos com os clientes, e seus efeitos assimétricos nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 48-56. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2623/2205>
- Dalkilic, A. F. (2014). The real step in convergence project: A paradigm shift from revenue recognition to revenue from contracts with customers. *International Journal of Contemporary Economics and Administrative Sciences*, v. 4, n. 3-4, p. 67-84, 2014. Disponível em: <http://www.ijceas.com/index.php/ijceas/article/view/91>
- Dani, A. C., dos Santos, C. A., Panucci Filho, L., & Klann, R. C. (2017). Efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na Qualidade da Informação Contábil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(2), 131-146. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i2.33913>
- Dechow, P. M.; & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, v. 77, n. s-1, p. 35-59. DOI: <https://publications.aaahq.org/accounting-review/article-abstract/77/s-1/35/2660/The-Quality-of-Accruals-and-Earnings-The-Role-of?redirectedFrom=fulltext>
- Dechow, P. M., & GE, W. (2006). The persistence of earnings and cash flows and the role of special items: Implications for the accrual anomaly. *Review of Accounting studies*, v. 11, n. 2-3, p. 253-296. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-006-9004-1>

- Dechow, P. M., GE, W., & Schrand, C. M. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2, p. 344-401. DOI: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11142-006-9004-1>
- Dechow, P. M.; & Schrand, C. M. (2004). Earnings quality. *Research Foundation of CFA Institute*. Disponível em: <https://www.cfainstitute.org/-/media/documents/book/rf-publication/2004/rf-v2004-n3-3927-pdf>
- Dechow, P. M.; & Sloan, R. G. (1991). Executive incentives and the horizon problem: An empirical investigation. *Journal of Accounting and Economics*, v. 14, n. 1, pp. 51-89. DOI: [https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/016771879190058S?via%3Dihub\\_](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/016771879190058S?via%3Dihub_)
- Dechow, P. M.; Sloan, R. G., & Sweeny, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*. v. 70, n.2, p. 193-225. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/248303>
- Dechow, P. M.; & Skinner, D. J. (2002). Earnings management: reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting Horizons*, v. 14, n. 2, p. 235–250. DOI: <https://publications.aaahq.org/accounting-horizons/article-abstract/14/2/235/1647/Earnings-Management-Reconciling-the-Views-of?redirectedFrom=fulltext>
- Dias, A. L.; Anjos, L. G. S; Costa, T. A; & Marques, J. A. V. C. (2023). Efeitos do CPC 47 no gerenciamento de resultados das empresas listadas na B3. *Revista Ambiente Contábil*, v. 15, n. 1, p. 154-179. DOI: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/27956>
- Dichev, I. D.; Graham, J. R.; Harvey, C. R.; & Rajgopal, S. (2013). Earnings quality: Evidence from the field. *Journal of Accounting and Economics*, v. 56, n. 2-3, p. 1-33. DOI: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165410113000384?via%3Dihub>
- Drukker, D. M. (2003). Testing for serial correlation in linear panel-data models. *The Stata Journal*, v. 3, n. 2, p. 168-177.
- Girão; L. F. A. P.; Duarte, F. C. L.; Martins, O. S.; & Souza, A. N. M. (2020). Second-round effects? How covid-19 infected corporate balance sheets in Brazil. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3829147](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3829147)
- Gujarati, D. N.; & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica* (5a. ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Huefner, R. J. (2016). The impact of new financial reporting standards on revenue management. *Journal of Revenue and Pricing Management*, v. 15, n. 1, p. 78-81. DOI: <https://doi.org/10.1057/rpm.2015.45>
- International Accounting Standards Board (IASB). IFRS 15 revenue from contracts with customers. *Project Summary and Feedback Statement*. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/revenue-from-contracts-with-customers/project-summary-feedback-statement.pdf>
- International Accounting Standards Board (IASB). Post-implementation review of IFRS 15 revenue from contracts with customers. *Project Revenue from Contracts with Customers*. Disponível em: <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/post-implementation-review-of-ifrs-15-revenue-from-contracts-with-customers/>
- Jardim, M, S; Machado, D, P; Frare, A, B; & Gomes, D, G. (2022). Desempenho financeiro e escolhas contábeis no período pandêmico: efeitos sobre o gerenciamento de resultados listadas na B3. *Revista FSA*. v. 19, n. 8, p. 122-147. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.8.6>

- Kajimoto, C, G, K.; & Nakao, S, H. (2018). Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 29, n. 1, p. 130-149. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/view/302>
- Kajimoto, C, G, K.; Nakao, S, H.; & Moraes, M, B, C. A. (2019). suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v.13. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.154173>
- Kolozsvari, A. C.; & Macedo, M. A. S. (2016). Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 72, p. 306-319. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201602610>
- Kolozsvari, A. C.; & Macedo, M. A. S. (2018). The relation between income smoothing, earnings persistence e IFRS adoption. *Brazilian Review of Finance*, v. 16, n. 2, p. 251-284. DOI: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v16n2.2018.62269>
- KPMG. (2014). *IFRS em destaque 02/14: First Impressions IFRS 15 - Receita de contratos com Clientes*. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-02.14.pdf>
- KPMG. (2016). *IFRS 15 Receitas. É hora de se envolver*. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-03-16.pdf>
- Marçal, R. R.; & Macedo, M. A. S. (2019). Análise da persistência do lucro diante dos accruals discricionários: Um estudo com base no impacto da adoção das IFRS. *CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 17, n. 2, p. 129-159. DOI: <https://doi.org/10.19094/contextus.v17i2.40706>
- Morawska, I. (2021). The impacto of the IFRS 15 implementation on the revenue-based earnings management in Poland. *Journal of Economics and Management*; v. 43, n. 18, p. 387- 403. DOI: <https://doi.org/10.22367/jem.2021.43.18>
- Napier, C. J.; & Stadler, C. (2020). The real effects of a new accounting standard: The case of IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. *Accounting and Business Research*, v. 50, n. 5, p. 474–503. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1770933>
- Oliveira, A. M.; & Modena, J. L. (2022). COVID-19 em países da América Latina: Análise da influência da pandemia sobre gerenciamento de resultados em companhias de capital aberto. In: *Anais do 22º USP International Conference in Accounting*. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3966.pdf>
- Rutledge, R. W.; Karin K. E.; & Kim, T. (2016). The FASB's and IASB's new revenue recognition standard: What will be the effects on earnings quality, deferred taxes, management compensation, and on industry-specific reporting? *Journal of Corporate Accounting & Finance*. v. 27, n. 6, p. 43-48. DOI: <https://doi.org/10.1002/jcaf.22188>
- Santos, L. S.; Carmo, C. H. S.; & Rech, I. J. (2022). Suavização de resultados e o valor de mercado das empresas durante a Covid-19. In: *Anais do 22º USP International Conference in Accounting*. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3940.pdf>
- Santiago, J. S.; Cavalcante, P. R. N.; & Paulo, E. (2015). Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v.11, n. 2, p. 174-195. DOI: <https://doi.org/10.4270/ruc.2015217>

- Silva, J. P.; Bonfim, M. P.; Niyama, J. K.; & Silva, C. A. T. (2017). Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas na BM&F Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 29, n. 1, p. 46-55. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.125846>
- Silva, D. M.; Martins, V. A.; & Lemes, S. (2016). Escolhas contábeis: Reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*; v. 13, n. 29, p. 129-156. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>
- Silva Filho, A. C.; & Machado, M. A. V. (2013). Persistência e relevância dos accruals: evidências do mercado de capitais brasileiro. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 7, n. 4, p. 387- 486. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i4.985>
- Souza, P. V. S.; Gonçalves, R. S.; & Tibúrcio, C. A. S. (2022). O Impacto da IFRS 15 na qualidade dos accruals e no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 24, p. 675-691 DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>
- Šušak, T. (2020). The effect of regulatory changes on relationship between earnings management and financial reporting timeliness: The case of COVID-19 pandemic-. *Zbornik Radova Ekonomski Fakultet u Rijeka*, v. 38, n. 2, p. 453-473. DOI: <https://doi.org/10.18045/zbefri.2020.2.453>
- Trabelsi, N. S. (2018). IFRS 15 Early adoption and accounting Information: case of real estate companies in Dubai. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*. v. 22, n. 1, p. 1-12. Disponível em: <https://www.abacademies.org/articles/ifrs-15-early-adoption-and-accounting-information-case-of-real-estate-companies-in-dubai-1528-2635-22-1-129.pdf>.
- Tutino, M; Regoliosi, C; Mattei, G; Paoloni, N; & Pompili, M. (2019). Does the IFRS 15 impact earnings management? Initial evidence from Italian listed companies. *African Journal of Business Management*, v. 13, n. 7, p. 226-238. DOI: <https://doi.org/10.5897/AJBM2018.8735>
- Veysey, R. (2020). The real effects of a new revenue accounting standard- a practitioner view. *Accounting and Business Research*, v. 50, n. 5, p. 504-506. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1770935>
- Vieira, L. G.; Salotti, B. M.; & Sarquis, R. W. (2023). Qualidade das notas explicativas acerca da implementação da IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, [S. l.], v. 17, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v17i2.3273>
- Wagenhofer, A. (2014). The role of revenue recognition in performance reporting. *Accounting and Business Research*, v. 44, n. 4, p. 349-379. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2014.897867>

**Endereço dos Autores:**

Av. Pasteur 250 – sala 250 - Urca – CEP 22290-902  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil